

Definição e Objeto da Geografia

ANTONIO CHRISTOFOLETTI

Quando se penetra na seara da literatura geográfica, o leitor defronta-se com diversidade de perspectivas e de proposições que visam a esclarecer e elucidar o que se entende e qual o campo de ação da Geografia. Ao se confrontar as diversas proposições, pode-se observar nuances significativas que ocasionam polêmicas e divergências. Em conseqüência, o uso do termo "geográfico" torna-se generalizado, de modo impreciso, e há emprego de grande arsenal de adjetivos ligados às maneiras que se deseja utilizar para designar os setores e temáticas da Geografia. Aparentemente, há caos. No transcurso dos três últimos lustros, por exemplo, encontra-se trabalhos geograficos elaborados sob as perspectivas da Geografia Tradicional, da Nova Geografia, da Geografia Humanística, da Geografia Idealista, da Geografia Radical e da Geografia Temporo-Espacial.

Quando se coloca essas várias tendências ao mesmo nível, como proposições globais para a Geografia, pode-se cometer erro de julgamento. As proposições expendidas pelas geografias Humanística, Idealista, Radical e Temporo-Espacial são direcionadas para temáticas concernentes a setores de maior ou menor abrangência, mas não fornecem proposições para a estrutura, processos e relações de toda a Geografia, nas etapas de descrever, analisar, explicar, avaliar e prospectar como o faz o binômio da Geografia Tradicional e Nova Geografia para todos os setores do campo geográfico.

Outra precaução está relacionada com o comportamento do geógrafo. O acréscimo de novos temas de pesquisa, o retomar e o refazer análises através do uso de novas perspectivas e a introdução de novas técnicas analíticas são sintomas que geralmente demonstram a vitalidade e a dinâmica de uma ciência. A Geografia surge como exemplo claro dessa ebulição. Todavia, essa efervescência representa modos de arrumar os fatos internamente, sem abalar a estrutura global da ciência geográfica. Nesse entusiasmo para com as "geografias novas", como bem observou W. Bunge (1973), pode ocorrer o entusiasmo simultâneo para rejeitar as contribuições antigas, esquecendo-se dos alicerces que compõem a evolução do pensamento geográfico. Nesse proceder, costuma-se salientar as vantagens trazidas pelas novas proposições e exagerar os defeitos das concepções anteriores, como enfatizar os mais bizarros exemplos de determinismo ambiental, os exemplos mais tediosos da geografia regional, os exemplos mais esotéricos dos modelos quantitativos a fim de

Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Campus de Rio Claro
Pesquisador Científico do CNPq

mostrar porque a Geografia tem que ser aquela que se deseja (Ford, 1982). Torna-se comum, ao analisar as contribuições geográficas do passado, acentuar como seus autores estavam errados sobre a natureza e objetivos da Geografia. Na verdade, as novas perspectivas focalizam maneiras de apreender e enriquecer problemáticas antigas em função do evoluir e de complexidade global da sociedade e do conhecimento científico. Surgem maneiras novas de trabalhar a Geografia, conceitual e tecnicamente, mas o objetivo básico e o propósito final continuam sendo similares. Ford (1982) lembra-nos que se deve procurar assimilar e incorporar os trabalhos dos geógrafos do passado, construir sobre suas forças e aprender de suas fraquezas, mas sem esquecê-los.

Ao se procurar especificar a abrangência de qualquer setor científico, torna-se necessário que se mencione a categoria de fenômenos (ou fatos) de seu interesse. Essa exigência é fundamental. Cada enunciado estabelece significância a determinada categoria de fenômenos (ou fatos) e delinea o conjunto de eventos que passa a constituir a classe dos fatos geográficos. A partir do enunciado, pode-se delimitar o campo de estudo, estabelecer a problemática e verificar o posicionamento e relações da Geografia com os demais setores científicos. Pode-se, também, estabelecer o campo de ação e as tarefas do geógrafo e esquematizar as bases conceituais e técnicas necessárias à sua formação.

Critica-se comumente a preocupação em se definir e precisar o objeto da Geografia, dominante na Geografia Tradicional e na Nova Geografia, por se basearem na metodologia científica e fundamentos positivistas. Alega-se que não se deve ter visão estanque da divisão das ciências, nem colocar barreiras rígidas entre as disciplinas (Moraes, 1981). Esse posicionamento é extremamente negativo. Se não houver referenciais para o procedimento científico nem para a Geografia, como podemos julgar e avaliar a qualidade científica e as características geográficas de determinada contribuição? Se não há necessidade de se preocupar com os critérios de avaliação científica nem com os geográficos, então torna-se válido qualquer trabalho que se faça. Para ser geográfico, seria satisfatório apenas mencionar alguma coisa sobre o espaço ou feição sobre a superfície terrestre, contribuir para o planejamento ou ter relevância social? Evidentemente, não. É preciso partir da definição e do objeto proposto para a ciência geográfica. No contexto do conhecimento reinante no mundo atual, o neo-positivismo e a metodologia científica são os campos que fornecem os critérios mais razoáveis para se encontrar a solução.

Seria pretencioso querer, no momento, inventariar *todas* as proposições apresentadas para definir a Geografia. O objetivo é simplesmente avaliar diversas proposições significativas e delinear aquela mais condizente com a problemática atual.

I – AS PROPOSIÇÕES TRADICIONAIS

Tratar da definição de Geografia é assunto delicado. No contexto da Geografia Tradicional várias proposições foram aventadas, que podem ser englobadas no conjunto da diferenciação areal e no das relações entre o homem e o meio.

Na obra "*Traité de Géographie Physique*", cuja primeira edição surgiu em 1909 e a última em 1951, Emmanuel De Martonne ponderou que a "Geografia moderna encara a distribuição à superfície do globo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas dessa distribuição e as relações locais desses fenômenos". Em

1913, Vidal de La Blache assinalava que "aquilo que a Geografia pode trazer para o tesouro comum é a aptidão para não dividir o que a natureza juntou, para compreender a correspondência e a correlação dos fatos, seja no meio terrestre que envolve a todos, seja nos meios regionais onde eles se localizam". . . . "Sua missão especial é procurar como as leis físicas ou biológicas, que regem o globo, se combinam e se modificam aplicando-se às diversas partes da superfície. . . . Ela tem como objetivo especial estudar as expressões mutáveis que revestem, conforme os lugares, a fisionomia da Terra". A conclusão de La Blache é explícita: "a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens".

A proposição sobre a diferenciação areal também se encontra expressa por Alfred Hettner, desde 1905, quando escreveu a respeito da "Ciência corológica da terra ou a Ciência das áreas e lugares terrestres em termos de suas diferenças e de suas relações espaciais". Em sua obra de 1927 (tradução parcial em 1976), encontra-se enunciado expressando seu pensamento, mostrando que "a meta do ponto de vista corológico consiste em conhecer o caráter das regiões e lugares, através da compreensão da existência em conjunto e das interrelações dos diferentes domínios da realidade e de suas variadas manifestações, e em compreender a superfície da terra como um todo, em sua organização natural, por continentes, regiões maiores e menores, e lugares". Essa concepção foi acatada e elaborada de modo minucioso por Hartshorne, em 1939, em sua obra *The Nature of Geography*. Em 1959 Hartshorne retomou o assunto, escrevendo de modo mais simples que a "Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da terra".

Para Cholley (1951), a Geografia procura estudar as combinações entre os elementos naturais, biológicos e humanos que ocorrem na superfície terrestre. Essas combinações tornavam-se o principal fator de diferenciação na superfície do globo, caracterizando as regiões e os lugares. Dessa maneira, a superfície terrestre tomava-se o *espaço concreto* da análise geográfica, indefinidamente variado e variável, em que não há jamais duas combinações absolutamente idênticas. Cada estudo geográfico de uma combinação expressa o estudo de indivíduo único.

Outro conjunto de proposições salienta as relações existentes entre o meio e o homem. Essa perspectiva tem suas origens em 1882 e 1891, com a publicação dos dois volumes da *Anthropogeographie*, de Friedrich Ratzel, onde se procura estudar as influências dos fatores físicos sobre as atividades humanas. Nos Estados Unidos a repercussão foi sensível, mormente nos trabalhos de Ellen Semple, cujo livro *Influences of geographical environment* (1911) exerceu ação decisiva na difusão da idéia do estudo das "influências geográficas" como sendo tema fundamental para as pesquisas geográficas. Posteriormente, em artigo que se tornou clássico, H.H. Barrow (1923) propõe considerar a geografia como sendo "ecologia humana", tornando-se ciência social preocupada com as relações da sociedade humana e seu ambiente físico. Na França, a aceitação da perspectiva ecológica foi ainda maior. As obras de Lucien Febvre ("*La Terre et l'évolution humaine*", 1922), Jean Brunhes ("*Géographie Humaine*", 1925) e Max Sorre ("*Fondements de la Géographie Humaine*", 1948) oferecem-nos repertório bastante vasto de exemplos, esclarecendo os condicionamentos dos elementos físicos sobre as atividades humanas. Mais recentemente, ao recompor a perspectiva da Geografia como ecologia humana, Chorley (1973), assinala que a "Geografia preocupa-se com as

manifestações espaciais tangíveis do contínuo intercuro entre o Homem e o seu ambiente habitável”.

Para ambos os conjuntos de proposições, a observação constitui o principal instrumento de análise, sendo dirigida para o estudo da paisagem “que representa o aspecto visível, diretamente perceptível do espaço” (Dolfuss, 1973). Além da paisagem, outra temática significativa relaciona-se com a função de síntese da atividade geográfica.

A paisagem é considerada como sendo composta de elementos geográficos que se articulam uns com os outros e os elementos podem ser do domínio natural, humano, social ou econômico. O predomínio da noção de paisagem tem origem na geografia alemã, com o conceito de *Landschaft*. A idéia de *Landschaft* é complexa e ambígua, mas parte do pressuposto de que a natureza do mundo pode ser concebida como um evento visual, total e unido. Essa idéia mostra uma combinação da ciência e da arte, que caracterizava muitas disciplinas do século XVIII, e estava baseada na concepção aristotélica de que a natureza ou o absoluto se abre por si mesmo à observação, e que nada mais se poderia encontrar além dos fenômenos visíveis. Desta maneira, a geografia da paisagem tornava-se a percepção visual da natureza pura ou da natureza transformada pelo homem (Bartels, 1970).

Considerando a paisagem como o fato que melhor expressava o relacionamento entre o homem e o meio e caracterizava as diferenças entre as áreas, mostrando concreta e objetivamente os diversos acontecimentos, a função do geógrafo era a de pesquisar a natureza visível, os elementos da *fisionomia*. René Clozier (1950) assinalava que “o geógrafo é aquele que se coloca diante de uma paisagem, cujos traços evocadores se impõem a seus olhos. Esses traços evocadores não exprimem o que há de subjetivo na visão dos lugares, mas, ao contrário, o que eles apresentam de objetivo, de constante para todos os olhos capazes de observação”. O desenvolvimento da Geografia com base no estudo da paisagem, procurando descobrir as harmonias e os traços dominantes em cada área, tinha como finalidade a compreensão da “totalidade da paisagem”. Todavia, ao estudar a paisagem, os geógrafos não procuravam levar em conta todos os seus aspectos, mas selecionar os mais significativos, porque a descrição “está guiada por um pensamento que procura certos traços típicos em vista de uma explicação (Clozier, 1950). A explicação baseada na observação visual era entendida como objetiva e partindo do concreto.

O conceito de paisagem sofreu inúmeras críticas, em virtude da focalização singular que lhe era endereçada, e praticamente tornou-se algo obsoleto e *demodé*. Todavia, volta-se a observar maior freqüência no uso do termo “paisagem” nos escritos geográficos publicados na década de setenta, elaborados sob a perspectiva da Geografia Humanística. O desenvolvimento dos trabalhos relacionados com a percepção do meio ambiente e com a escala de valores e atitudes comportamentais perante o lugar e o espaço, que ganharam ênfase com as contribuições de David Lowenthal (1961, 1968), Lowenthal e Prince (1965), Yi Fu Tuan (1974; 1977; 1979), D.W. Meinig (1977) e John Gold e Jaquelin Burgess (1982), recuperaram e reformularam a importância da paisagem para as atividades dos indivíduos e dos grupos humanos. Na linha dessa temática, John P. Dickenson (1982) vem de elaborar a primeira contribuição visando estudar as diversas paisagens brasileiras. Entretanto, embora atraente, o termo *paisagem* é ambíguo e de difícil conceitua-

ção. Usado por muitas pessoas, nos mais diferentes contextos e finalidades, a imagem do seu significado surge do entrosamento sistêmico de diversos enunciados esparsos. D.W. Meinig (1977) relaciona pequena amostra: “A paisagem está relacionada, mas não é idêntica, com a natureza” . . . “Toda paisagem é uma cena mas não é idêntica com cenário” . . . “A paisagem é tudo o que nos cerca. Está relacionada com o meio ambiente, mas não é idêntica a ele” . . . “A paisagem é percebida por nossa visão e interpretada por nossas mentes” . . . “Embora esteja relacionada com os lugares, a paisagem não é idêntica a eles” . . . “A paisagem é uma porção da superfície terrestre, relacionada a ela, mas não é idêntica com a região, área ou geografia”.

Deve-se fazer uma distinção entre paisagens e localidades. Embora não haja duas paisagens iguais, existem muitas semelhanças que possibilitam classificar as paisagens em categorias: paisagens de montanhas, de planícies, litorâneas, de florestas, de desertos, urbanas, agrícolas etc. As localidades são lugares específicos; cada localidade é distinta das demais. As paisagens são tipos genéricos; não possuem nomes próprios. As localidades e os lugares são individuais; possuem um nome. As pessoas sempre estão em determinado lugar, numa localidade. E os panoramas que observam são exemplos de uma determinada categoria de paisagem.

Outra temática significativa consiste em salientar que o trabalho do geógrafo, por excelência, é a síntese. A função de “ciência sintetizadora” é ponto básico para caracterizar a unidade da Geografia. Isso porque os geógrafos também se preocupavam em estudar as características das diversas categorias de elementos componentes da realidade, especializando-se de tal forma que perdiam a conexão com a integração regional. O pesquisador acabava sendo climatólogo, geomorfólogo, geógrafo urbano, geógrafo agrário, etc. Contribuiu para a Geografia, mas não mais se rotulava de *geógrafo*. Pierre George (1961) assinala que a síntese é a chave mestra que responde pela unidade, fazendo com que a “Geografia tenha por objeto o conhecimento das relações que condicionam, em determinado momento, a vida e as relações dos grupos humanos. Essas relações colocam em jogo elementos e atos de essência múltipla, tão diferentes como a presença do granito ou a de uma fronteira”. A importância assumida é tão grande que Jacqueline Beaujeu Garnier (1971) observa que “o método geográfico visa analisar uma parcela do espaço concreto, isto é, pesquisar todas as formas de relações e de combinações que podem existir entre a totalidade dos diversos elementos em presença”. O estudo detalhado sobre as características dos elementos componentes de uma parcela do espaço representam fatias independentes e horizontais. Essa análise prepara “os materiais da Geografia, sendo tarefa indispensável, mas parcial. Um tal empreendimento só pode ser considerado como geográfico se comportar pelo menos uma parte final importante onde todos os elementos da análise são retomados em visão global, que é a ótica geográfica. Encontra-se aí um ponto fundamental: a geografia não poderia ser justaposição gratuita ou desmembramento analítico; antes de tudo, ela é síntese elaborada” (Beaujeu-Garnier, 1971). Além de refletir no método, a síntese geográfica surge como argumento para enunciar que a tarefa do geógrafo é plenamente atingida nos estudos regionais. Isso permitiu a André Allix (1948) afirmar que “o estudo regional está no coração de nossos trabalhos. Nenhum geógrafo é digno desse nome, se não se dedicar aos esforços da definição sintética das regiões. . . O estudo regional é a mais completa expressão do método geográfico”.

O tema sobre a questão da síntese em Geografia foi marcadamente exposta nas contribuições dos geógrafos franceses. Ao contribuir para a avaliação da *Geografia Francesa na metade do século XX*, Max Sorre (1957) posicionava a Geografia entre as disciplinas merecedoras de crédito, contribuindo para o conhecimento científico num mundo que acreditava na sua eficácia prática. Todavia, advertia que “essa confiança só será justificada se a Geografia fornecer uma contribuição insubstituível: o espírito de síntese, o sentido dos conjuntos localizados, o das interdependências e solidariedades no interior dos complexos”. Em decorrência, a imagem do geógrafo descrita por esse eminente pesquisador assinala que “a marca pelo qual se reconhece entre nós (franceses) o geógrafo é a capacidade de apreender diretamente e por todos os sentidos a realidade global, de descrevê-la com todos os recursos da arte, de mantê-la constantemente presente sob os olhos em sua integridade, enquanto se analisa o mecanismo” (Sorre, 1957).

No contexto da Geografia Tradicional, ao lado do tratamento tópico ligado aos diversos elementos, a preocupação com o indivíduo geográfico estabelecia-se no procedimento de caracterizar as *regiões*. O geógrafo deveria distinguir áreas, ou regiões, de tal forma que, “dentro dos limites de cada região, os elementos do segmento de integração que for objeto de estudo demonstrem apresentar interações quase constantes e o máximo grau de interconexões entre os lugares, ao passo que a descontinuidade nesses dois aspectos ocorrerá principalmente ao longo das linhas divisórias das diversas regiões”. . . . “Em seu desenvolvimento histórico, o conceito geográfico de região surgiu da necessidade de dividir-se em partes uma área maior, devendo cada uma dessas partes ser estudada em termos de integração máxima”. . . . Assim, empiricamente, “a região é uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas, estendendo-se até onde alcance essa distinção” (Hartshorne, 1959). Considerando a observação e a análise da paisagem, a caracterização da região exprimia o reconhecimento fisionômico de seus aspectos. Os critérios delimitadores baseavam-se na similitude das paisagens, ou nas características paisagísticas, dos elementos componentes.

Entretanto, alguns outros geógrafos propunham soluções que estabeleciam exigências diferentes. Em 1951, André Cholley assinalava que “a idéia de região implica um princípio de organização. Deveria-se, pois, reservar essa denominação exclusivamente às organizações realizadas pelo homem na superfície do planeta. A idéia de organização não poderia, no momento pelo menos, tomar corpo no domínio físico, a não ser a favor de uma concepção finalista das coisas, o que é contrário à ciência. E ignoramos em qual sentido se faz a evolução do planeta. Assim, o termo *domínio*, melhor que o de região, é o mais adequado para designar as unidades físicas, estruturais, climáticas e morfológicas. É também o termo que deveria ser empregado a propósito de fenômenos ligados à atividade humana, quando se limita a considerar apenas a sua extensão: domínio do trigo, domínio da vinha, etc”. Um pouco mais adiante lembra-nos que “a noção geográfica de região evoca um território que serve de apoio às combinações escolhidas ou realizadas pelo homem, que contribui para favorecer a estabilidade e a permanência do grupamento e colabora para o desenvolvimento de sua potência. A idéia de região aparece como uma idéia fundamental ligada à vida em grupo”. . . . “As formas de região são infinitas. A organização regional responde à intervenção de múltiplos fatores, cujo principal é a densidade demográfica do grupamento”.

Através dessa exposição sucinta pode-se perceber que, se havia acordo de que a superfície terrestre era o domínio específico do trabalho geográfico, o seu espaço concreto, não se estabelecia com nitidez e precisão a categoria de fenômenos pertinentes ao objeto da Geografia. Muitas definições mostram objeto de caráter difuso, difícil de ser delimitado e operacionalizado em sua individualidade de ocorrência. Por essa razão, tornaram-se comuns as divergências e discrepâncias a se tentar considerar o lugar, a área, as regiões, as combinações de elementos ou as relações homem e meio ambiente como categoria expressiva do conhecimento geográfico. Essa imprecisão, por vezes, era admitida como sendo característica significativa e definidora. Jean Dresch, em 1971, assinalou que “a Geografia não pode se definir nem pelo seu objeto nem por seus métodos, mas principalmente pelo seu ponto de vista”, e que se torna perigosa qualquer tentativa de limitá-la, fornecendo maior precisão. Esse posicionamento relembra o de Henri Baulig (1948), que considerava a Geografia como “um estado de espírito”.

Se havia certa concordância com o objetivo globalizante e sintetizador da Geografia, reconhecia-se também que as monografias regionais elaboradas não preenchiam satisfatoriamente a “síntese” almejada. A nosso ver, essa deficiência residia no descompasso entre o enunciado proposto para definir o objeto da Geografia e a tarefa sintetizadora que se propunha ao geógrafo. A região, que surgia como objeto não mais para a Geografia, mas para a Geografia Regional, deixava muito a desejar em sua execução operacional. Sentia-se a ausência de formulações visando estabelecer as características básicas do padrão de região, como referencial básico para essa categoria de fenômeno. Ao contrário, na prática, o geógrafo prendia-se a descrever e explicar os casos individuais das regiões que estudava, utilizando critérios os mais variados.

A insistência a propósito da crença na tarefa de síntese da Geografia tem sido a sua teleologia, o motivo que justificou em muito as atividades dos geógrafos. Não se pode desprezar nem desmerecer essa preocupação da Geografia para com o estudo das combinações e complexos. É tarefa inerente e intrínseca à atividade do geógrafo. Se no passado um caminho foi buscar a integração através da elaboração de monografias regionais, em anos recentes volta-se a valorizar essa perspectiva adotando abordagem estruturada em função de questões ambientais e no uso da análise sistêmica.

II – AS PROPOSIÇÃO PARA A ANÁLISE ESPACIAL

A preocupação com a análise das características espaciais é sensível em Geografia. Arilt Jensen (1980) observa que a “Geografia existe a fim de estudar as variações nos fenômenos de lugar para lugar, e seu valor depende da medida em que pode esclarecer as conexões entre aspectos diferentes da mesma área. A indagação geográfica básica torna-se ‘por que isso é assim aqui?’. Como critério para estabelecer a qualidade geográfica, observa que “todos os fenômenos que têm uma distribuição espacial ou possam ser mostrados em um mapa são basicamente de interesse geográfico, mas muitos deles são de pequena significância. Entretanto, é impossível dizer claramente quais os fenômenos que são ou não significantes. Isso tem que ser decidido pelas circunstâncias de cada caso”. Não é preciso acrescentar que esse critério é vago e ineficaz.

O envolvimento das análises geográficas relacionadas com a denominada “Nova Geografia” criou condições para ampliar o estudo das formas e dos processos espaciais, através das muitas técnicas quantitativas para descrever e caracterizar os tipos e os padrões das distribuições espaciais. Se a problemática espacial não constituía novidade, renovava-se profundamente a perspectiva conceitual e as técnicas de análise. A conotação de que a Geografia seria a ciência da distribuição espacial dos fenômenos na superfície da Terra ganhou maior realce no decorrer dos anos sessenta. Em fase inicial, observou-se emprego maior das técnicas quantitativas para analisar a distribuição espacial dos fenômenos, chamando atenção para a forma, geometria e topologia dos padrões espaciais, cujos aspectos eram mais facilmente observados e mensurados. A obra de William Bunge (“*Theoretical Geography*”, 1966) serviu de êmulo para essa temática. No mesmo sentido contribuiu a obra de Peter Haggett (“*Locational Analysis in Human Geography*”, 1965). Posteriormente, em 1977, contando com a colaboração de Andrew Cliff, que dedicou especial interesse às partes relacionadas com a estatística formal e modelos matemáticos, e de Allan Frey, que se concentrou sobre as questões metodológicas e conceituais, Peter Haggett levou a término a tarefa de preparar a nova edição. Através do livro, o tema decorrente é o da Geografia como ciência da distribuição, de onde provém toda a importância oferecida à análise da organização espacial.

A análise dos padrões espaciais representa apenas uma parcela do estudo geográfico, que deve ser completado com a dinâmica. Com o transcorrer dos anos, os estudos sobre os processos espaciais forneceram compreensão mais adequada da dinâmica, das relações funcionais e dos ritmos de transformação e mudança. Como conseqüência, as transformações conceituais e técnicas começaram a ser enfeixadas em contribuições destinadas a dar coesão e divulgação maior às novas idéias, surgindo então as obras de Abler, Adams e Gould (1971), Morrill (1974) e Chappman (1979).

Colocava-se ênfase no estudo dos padrões, estruturas, relações e processos espaciais, culminando com a organização espacial. Em 1974, Morrill considerava que no contexto das obras introdutórias pouco se havia feito a propósito de focalizar a geografia como o estudo das relações espaciais e da organização espacial, embora “essa perspectiva tenha sido frutífera na formulação atual da teoria geográfica”. Em 1979, Chapman expressava claramente que a Geografia estava relacionada com “as relações espaciais de objetos e eventos na superfície terrestre”. Se essa linha surgia como promissora, pode-se observar que o seu ritmo de desenvolvimento apresentou estagnação relativa. Essa diminuição no ritmo de expansão pode ser atribuída ao surgimento de várias outras linhas propondo diretrizes parciais para a Geografia, no transcurso dos anos setenta, relacionadas com as perspectivas humanística, idealista, radical e temporo-espacial. Tais proposições enunciam críticas e criaram polêmicas com os enunciados da Nova Geografia e aspectos dominantes no paradigma espacial, tumultuando a linha evolutiva que surgia e levando os geógrafos a inúmeras discussões. O embate e a divulgação de trabalhos elaborados sob as várias perspectivas criaram aparência de caos, como se a Geografia tivesse perdido o seu rumo. Todavia, no início da década de oitenta, verifica-se tendência de reajuste para novamente assentar a estabilidade em torno da focalização da análise das organizações espaciais.

Nesse embate para expressar o objeto da Geografia, há que considerar as proposições atinentes ao espaço geográfico. Em obra recente, Hildebert Isnard (1978) procura definir e caracterizar o espaço geográfico, considerando-o como criação humana, que aparece como projeção no solo da sociedade que o criou. Para esse autor francês, o meio natural, que se define pela correspondência necessariamente estabelecida entre seus atributos físicos e as espécies vivas que aí fixaram seus territórios, surge como capaz de manter a sua identidade através de mudanças contínuas. A ordem que reina nos espaços naturais é alcançada porque “um conjunto de relações de interdependência entre seus componentes físicos e vivos confere uma auto-organização, mantida estável por regulagens retroativas. É a vida que permite atingir esse objetivo, graças à sua capacidade específica de responder às excitações que emanam do meio”.

Na concepção de Isnard, os meios naturais correspondem aos *ecossistemas*. O espaço geográfico aparece quando a sociedade atua sobre os ecossistemas, alterando-os a fim de obter condições para sua manutenção e sobrevivência, começando no momento em que o homem adquire a possibilidade de se liberar da ordem fornecida pela natureza. A construção do espaço geográfico exige intervenção contínua da atividade humana. Nesse sentido, o espaço geográfico é “produto social porque resulta do trabalho que a sociedade organiza para atingir seus objetivos”. Assim, os constituintes do espaço natural se reencontram no espaço geográfico, mas modificados e reestruturados segundo a ordem desejada pelo homem. Eles ganham significância conforme uma escala de valor. Oriundo da utilização do espaço natural pelo sistema social, o espaço geográfico “nasce da projeção do sistema sócio-cultural sobre o sistema ecológico, de uma projeção ativa que o constrói conforme as exigências do fim a ser atingido. Entre o espaço geográfico e o espaço natural há cada vez menos concordância à medida que a ação humana, informada pela ciência e armada de suas técnicas, se torna mais decisiva. Concebido pela sociedade para realizar seus projetos, o espaço geográfico não pode ser senão a reprodução fiel de suas características: entre elas, a correspondência é de imperiosa necessidade”. Em 1981, em sua colaboração para o livro “*Problématiques de la Géographie*”, Isnard retoma o assunto esclarecendo que a produção do espaço é processo contínuo ao longo da história humana, e que a sucessão no tempo dos modos de produção do espaço reflete as grandes fases da História. Assim, a “cada sociedade, seu espaço. O espacial é uma dimensão do social. O espaço é um suporte material carregado de significações sociais. Por isso, o geográfico é uma instância da qual a sociedade pode ser olhada em sua totalidade”. A Geografia, “visando o estudo da sociedade pelo seu espaço, encontra seu lugar entre as ciências sociais”. E Isnard explicitamente propõe o paradigma de que “o espaço como produto da sociedade” serve de base para o geógrafo estabelecer sua própria definição: “o espaço geográfico em si, como modo de enraizamento de uma sociedade, é o seu terreno próprio de pesquisa, e esse espaço geográfico é uma construção concebida para receber um povoamento humano, suas atividades de produção cultural e econômica, seu aparelho de circulação: três variáveis pertinentes que, tais como traços invariantes para a potencialidade organizacional, entram necessariamente na estruturação do espaço geográfico. Todos os problemas do geógrafo estão nessa construção dotada de uma formalização e de um sentido”.

A temática do espaço geográfico também é observada, por exemplo, na contribuição que Ruy Moreira (1982) elaborou para a coletânea "*Novos rumos da Geografia Brasileira*". Em suas palavras, "o arranjo do espaço geográfico exprime o 'modo de socialização' da natureza. Tal o modo de produção, tal será o espaço geográfico. O processo de socialização da natureza pelo trabalho social, ou seja, a transformação da história natural em história dos homens, implica uma *estrutura de relações sob determinação do social*. E é esta estrutura complexa e em perpétuo movimento dialético que conhecemos sob a designação de espaço geográfico". Prossegue afirmando que "o espaço é a sociedade vista como sua expressão material visível. A sociedade é a essência, de que o espaço geográfico é a aparência, encerrando esta síntese o fundamento da teoria e do método geográficos."

A relação determinista de causa e efeito é óbvia nas proposições de Isnard e Moreira. Por outro lado, ao considerar o *espaço geográfico* como sendo objeto da Geografia surge a objeção de que o termo *espaço* é ambíguo, embora no contexto seja considerado mais no sentido concreto de área ou território. E, também, não é procedente utilizar no enunciado do objeto o próprio adjetivo da ciência que o quer utilizar. Pois levanta-se a indagação: o que é geográfico? E a resposta obviamente resulta em exemplo de tautologia.

A preocupação em considerar o espaço como objeto da Geografia suscita outra onda de confusões. Em primeiro lugar, o termo *espaço* é utilizado de maneira indefinida, mas no sentido de significar uma parcela ou toda a superfície terrestre. Nesse sentido, nada há a acrescentar, pois volta-se ao mesmo estágio da designação abrangente de superfície terrestre usada pela geografia tradicional, procurando apenas substituir o termo "superfície terrestre" pelo de "espaço". Em segundo lugar, ao se considerar o espaço como objeto da análise geográfica surge a questão: quais são os elementos do espaço? É possível, ao aplicar a análise sistêmica, subdividir hierarquicamente o espaço, distinguindo espaço maior e espaços menores, sistema espaço e subsistemas espaciais? Poder-se-ia satisfatoriamente utilizar o espaço para estudar a sociedade?

A noção de espaço físico, em termos newtonianos, no qual se considera o espaço como sendo uma unidade existente em si mesmo, independente da matéria que contém, como se fosse uma caixa de extensão ilimitada na qual estão contidos os objetos materiais, repercutiu acentuatadamente na maneira de se considerar o posicionamento como característica básica de diferenciação. Vagaggini e Dematteis (1976) assinalam que quando a matéria está contida no espaço, "cada objeto possui necessariamente uma posição exclusiva: em primeiro lugar *absoluta*, porque definida por um único sistema de referência, válido para todos os pontos do espaço e, por conseguinte, também *única*, porque dois objetos físicos não podem ocupar o mesmo ponto, razão pela qual, mesmo que fossem idênticos sob todos os pontos de vista, eles seriam sempre geograficamente diferentes". Observa-se nessa menção o uso do adjetivo "geográfico" para designar simplesmente posicionamento espacial.

Há consenso e se torna óbvio que os fatos e fenômenos inerentes ao objeto da Geografia se localizam na superfície terrestre, mas não é a superfície terrestre que surge como sendo o objeto fundamental. Estruturadas e diferenciadas, as organizações espaciais ocupam áreas (ou parcelas) da superfície terrestre, ocupando uma dimensão espacial. Mas a Geografia não estuda o espaço. A característica espacial,

isto é, a de que a organização espacial existe em determinado território representa princípio fundamental para a Geografia; a presença de "espaço" na superfície terrestre constitui premissa essencial para a concretização do fato geográfico. Essa proposição não é recente, pois é encontrada em muitos geógrafos da escola tradicional que focalizaram seus estudos em torno de fenômenos organizados conforme a distribuição espacial. A definição proposta por De. Martonne é clara sob esse aspecto.

Mas há ainda outra objeção mais relevante: pode-se produzir o espaço? O espaço é produto social? Em resposta a essas indagações, por exemplo, Yves Lacoste (1982) afirma claramente que não se pode produzir o espaço, mas somente formas de organização do espaço, e se recusa a considerar o espaço geográfico como sendo somente um "produto social". As implicações oriundas das características físicas são importantes, representando *handicaps*. Se alguns aspectos da natureza estão mais ou menos transformados, ou são transformáveis pelas ações humanas, muitos outros aspectos não podem ser modificados e não há razão para se abstraí-los na conjuntura da organização espacial. Ao geógrafo compete o estudo das características do meio ambiente físico, quer esteja isento ou afetado pela ação antrópica. Não há motivo para se preocupar com a distinção entre primeira natureza e segunda natureza.

Prosseguindo em sua argumentação, Lacoste (1982) é incisivo ao afirmar: "se os geógrafos querem ser eficazes e reconhecidos como socialmente úteis, não devem se limitar ao quadro das ciências sociais mas continuar levando em consideração as diferentes categorias de fenômenos que, por tradição, são denominados de físicos". Analisando fenômenos físicos e sócio-econômicos, a "razão de ser da Geografia é a análise das formas espaciais dessas tão diversas categorias de fenômenos e, sobretudo, de dar conta das múltiplas maneiras pelas quais elas se combinam espacialmente na superfície do globo, cada uma delas tendo sua configuração particular". Podemos dizer, pois, que as configurações particulares dessas combinações representam exemplos de organizações espaciais, compostas por elementos físicos e sócio-econômicos.

No desenvolvimento da obra de Hildebert Isnard, o "espaço geográfico" surge como sendo sistema espacial devidamente organizado, com elevado grau de coerência e unidade funcional entre seus elementos. Em sua análise são relevantes os princípios de totalidade, hierarquização, diferenciação e finalidade, que são os princípios fundamentais da definição de sistema. A fim de designar os sistemas espaciais, expressos no espaço geográfico, Isnard utiliza o termo *geossistema*. Como decorrência, "o objeto da Geografia é o estudo dos geossistemas" (Isnard, 1978, p. 152). Em sua obra posterior, Isnard (1981) considera mais oportuno chamá-lo de *sistema sócio-espacial*, em vez da denominação de geossistema.

Desde há alguns anos a literatura geográfica brasileira registra trabalhos expondo que as organizações espaciais devam ser a categoria de fenômenos a constituir o objeto da Geografia (Christofolletti, 1976; 1982). Para esclarecer quão inadequada é a escolha do termo "geossistema" para designar as organizações espaciais, proposta por Isnard, deve-se lembrar que esse vocábulo já é muito usado e possui conotação precisa na literatura geográfica, em face das contribuições soviéticas. Em trabalho destinado ao XXIII Congresso Internacional de Geografia, realizado em Moscou, em 1976, Sotchava teve a oportunidade de realizar apanhado global

sobre suas características. O conceito de geossistema envolve a caracterização dos sistemas ecológicos naturais, que são o objeto da Geografia Física. Tomando o geossistema como sendo seu objeto próprio, a Geografia Física não focaliza atenção individualizada aos componentes da natureza, mas à organização espacial dos geossistemas, que se expressa pela estrutura, como resultante da dinâmica dos processos e das relações existentes entre os elementos. Torna-se patente, pois, que no estudo dos geossistemas também se deve avaliar as conseqüências ocasionadas pelas atividades antrópicas em seu funcionamento, e os artefatos construídos pelo homem passam a integrar concretamente o geossistema. Na concepção soviética, a focalização incide sobre os sistemas naturais, a propósito dos quais a ação antropogenética é um fator; na concepção de Isnard o geossistema resulta inteiramente da ação humana, que utiliza e organiza os elementos naturais conforme os seus objetivos. Argumentações mais detalhadas sobre a proposição dos geossistemas como sendo objeto da Geografia Física foram recentemente expostas por Christofletti (1981) e Bertrand (1982).

III – A NOÇÃO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

A fim de melhor orientar o desenvolvimento de Geografia torna-se oportuno reivindicar que as *organizações espaciais* sejam a categoria de fenômenos constituidora do objeto da Geografia. Embora ao longo do texto por várias vezes surgiram menções sobre essa categoria, não houve consideração específica sobre seu significado. O termo *organização* expressa a existência de ordem e entrosamento entre as partes ou elementos componentes de um conjunto. O funcionamento e a interação entre tais elementos são resultantes da ação dos processos, que mantêm a dinâmica e as relações entre eles. Essa integração resulta num sistema organizado, cujo arranjo e forma são expressos pela estrutura. Se há possibilidade para se distinguir diversos tipos de organização, as de interesse geográfico são as possuidoras da característica espacial.

Para a Geografia, a noção de espaço envolve a presença de extensão ou área, usualmente expressos em termos da superfície terrestre. E a característica espacial, que se torna a mais relevante para a Geografia, indica que o objeto da Geografia deve ter expressão areal, materializar-se visualmente em panoramas paisagísticos perceptíveis na superfície terrestre. Todavia, deve-se evitar cometer enganos: a Geografia não é o estudo do espaço nem dos lugares, mas sim da organização espacial. A dimensão espacial é atributo e qualitativo para caracterizar o objeto de significância geográfica, mas não constitui o objeto da Geografia. Por outro lado, embora o lugar e reúna e materialize aspectos dos elementos e das variáveis geográficas, não constitui a unidade ou o indivíduo passível de representar o objeto da Geografia.

Ao estabelecer a organização espacial como objeto da Geografia, surge o consenso para se criar a sua unicidade e precisar o vocabulário, superando dicotomias que há muito tempo vem sendo alimentadas na literatura. Todas as organizações espaciais compõem o conjunto que representa a categoria do objeto da Geografia. Entretanto, cada organização espacial representa a *unidade* ou *indivíduo* geográfico. Para essa finalidade, ao nível da totalidade, deve preencher os requisitos de ser:

a) passível de delimitação na superfície terrestre, sendo unidade discreta e isolada;

b) estruturada. A estrutura constitui o arranjo espacial dos elementos componentes da organização, representando a localização de cada elemento relativamente à localização de cada um dos outros, e a localização de cada elemento relativamente a *todos* os outros (Abler, Adams e Gould, 1971). Essa distribuição dos componentes na superfície terrestre expressa o *padrão espacial*;

c) conectada. As partes ou elementos da organização espacial estão conectados por relações e redes de circulação, que são responsáveis pela coesão e interação da unidade global;

d) dinâmica. O funcionamento da organização espacial e suas transformações estão ligadas à ação dos processos. Os processos envolvem a dinâmica responsável pelas relações entre os elementos da estrutura, denunciando os fluxos de matéria e energia, assim como os *inputs* inovadores fornecidos ao sistema, que acabam sendo os responsáveis pelas características dos elementos e da sua distribuição espacial. Tornam-se de relevância os *processos espaciais* que, no transcorrer do tempo, ocasionam modificações e transformações nas características geométricas e no arranjo dos componentes da organização espacial, alterando a paisagem da área ou lugar. Os processos outros que não incidem na expressão espacial deixam de ter significância direta para a Geografia, tais como os processos sociais, econômicos, pedogenéticos, meteorológicos, históricos, políticos, psicológicos, químicos, biológicos e outros. Evidentemente, quando alguns desses processos acabam tendo repercussão indireta na estrutura e dinâmica da organização também passam a ter significado geográfico.

e) relacionada com outras unidades, com as quais mantém troca e permuta constante de matéria, energia e informações;

f) mutável. A organização espacial é susceptível às mudanças no decorrer do tempo, em sua dinâmica e estrutura. Essas mudanças podem ocasionar alterações em sua *área* e limites (conquistando ou perdendo parte de seu domínio espacial), chegando mesmo a perecer, quando se vê substituída por outra organização espacial, embora no mesmo território. Nessa sucessão temporal de sucessivas organizações obviamente muitos artefatos e vestígios do passado podem ser integrados e participar das novas organizações, que se superpõem no mesmo território. Por essa razão, não é o espaço que se torna relevante, mas a maneira de estruturação que surge como resposta aos processos espaciais. A história geográfica de uma parcela territorial seria descrever e analisar as sucessivas organizações espaciais que existiram, e explicar a dinâmica e as causas das transformações até a época presente.

Focalizar e tornar relevante a categoria da organização espacial fazem com que se retome a proposta enunciada por André Cholley (1951), e que haja reformulação e recuperação das idéias básicas contidas na noção de região. Suplanta-se, também, a dicotomia entre geografia sistemática e geografia regional. Essa focalização específica que a superfície terrestre constitui o embasamento para a realização e concretização das organizações espaciais.

Ao se dedicar ao complexo da organização espacial, verificando as características, os processos e as relações entre seus componentes, os geógrafos implicitamente

te realizam a “função de síntese”, mesmo ao nível dos subsistemas. Essa função é inerente ao trabalho do geógrafo; procurar salientá-la é valorizar pleonasma.

A grandeza espacial escolhida para a análise constitui outra questão importante. Não é o *tamanho* da organização que é o critério fundamental, mas sim a sua funcionalidade e coesão. Podemos pressupor que a Terra seja a organização espacial de maior grandeza; neste caso a categoria confunde-se com o indivíduo. A partir daí, em níveis sucessivos de hierarquização, pode-se discernir a ocorrência de inúmeras organizações espaciais. Entre os diversos níveis há hierarquização e aninhamento; diversas “organizações espaciais” em nível inferior incorporam-se num *elemento* da organização espacial do nível superior. A compreensão e a especificação desses níveis de abordagem influenciam e orientam os procedimentos de classificação. A escolha e o emprego dos critérios para estabelecer as classes e os tipos de organizações espaciais precisam ser adequados aos objetivos e nível de tratamentos visados pelo pesquisador, e os exemplos citados devem preencher esses requisitos.

Ao nível da análise de indivíduos, é óbvio que existem mecanismos de retroalimentação que procuram absorver as alterações e *inputs* em vista de manter a estabilidade da organização espacial. São mecanismos reguladores que mantêm a continuidade e a regularidade da organização. Mas essa manutenção e regularidade podem ser removidas e modificadas pelas ultrapassagens de limiares, quando novos *inputs* penetram no sistema e o desequilibram, forçando a reajustagem para novo estado de equilíbrio, ou para a estruturação em novo tipo de organização espacial. Tais modificações normalmente não são bruscas, violentas, mas ocorrem de maneira integrada ao progresso e ao desenvolvimento.

Na hierarquia das organizações espaciais há superposição de grandezas espaciais distintas. Se considerarmos a organização espacial de uma cidade ou de área rural, ela representa uma escala espacial de pequena grandeza. Tais organizações espaciais de sociedades locais se integram hierarquicamente nas organizações espaciais de grandeza regional ou nacional que, por sua vez, se integram nas de nível global ou internacional. Por isso há contínua filtragem e interferência de decisões tomadas em nível global sobre as regionais e locais; em decorrência, as organizações locais recebem e absorvem, em maior ou menor grau, as decisões e nuances das relações existentes em centros longínquos e distantes.

Essa ação externa só tem significado se penetrar no sistema, se for absorvida por um elemento integrativo do sistema. Ao mudarem as características próprias desse elemento criam-se condições que afetarão as relações e os intercâmbios com outros elementos, com repercussão na estrutura e no funcionamento da organização espacial. Se não houver essa receptividade, as mudanças ocorridas no exterior não são relevantes nem influenciadoras ao sistema em foco. Em virtude dos mecanismos internos, o mesmo *impulso* pode ocasionar reações diferentes e respostas distintas conforme o sistema em que atuar. Um impulso decisório nacional pode afetar sistemas agrícolas e não afetar sistemas urbanos.

Deve-se salientar que *organização espacial* não tem o mesmo significado de *organização do espaço*. A primeira indica a existência de uma unidade resultante, de um produto terminal, passível de ser delimitada na superfície terrestre; a segunda refere-se à dinâmica e aos processos que promovem a organização do espaço, denunciando mecanismos geradores para se atingir um produto. Obviamente, o

estudo da organização espacial automaticamente inclui a análise dos processos e mecanismos responsáveis pela organização do espaço. Por essa razão, assinalar que a “geografia é o estudo da organização do espaço” (George, 1972) constitui proposição que só parcialmente engloba a problemática da ciência geográfica.

IV – PERSPECTIVA CONCEITUAL PARA A ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES ESPACIAIS

A perspectiva global a ser adotada para a análise das organizações espaciais envolve um posicionamento filosófico. A adoção da estrutura em sistemas faz com que implicitamente preencha os requisitos delineados pelo funcionalismo. Todavia, não se pode afirmar que a explicação seja do tipo teleológico, mas que se explicita na categoria dedutivo-probabilística. De modo complementar, os procedimentos descritivos e analíticos envolvem técnicas que se baseiam na metodologia científica, com pressupostos relacionados ao neo-positivismo.

As organizações espaciais devem ser examinadas holisticamente em sua estrutura sistêmica, em unidades espacialmente delimitadas. Deve-se salientar as características dos seus elementos constituintes, das suas funções para com o conjunto global e das relações e fluxos que mantêm entre si, discernindo os processos responsáveis pela funcionalidade, dinâmica e integração do sistema. A organização espacial pode ser considerada como artefato da atividade social, pois a sua estrutura se organiza como expressão dos valores e das necessidades da sociedade, para determinadas circunstâncias temporo-espaciais. Essa categoria de organização, que difere da categoria dos geossistemas, corresponde aos sistemas sócio-econômicos. Em ambas as categorias pode-se analisar o equilíbrio dos sistemas, especificando o tipo prevalescente de equilíbrio (dinâmico? estacionário? estável? metaestável? etc) e o impacto das forças exteriores sobre esse equilíbrio, os mecanismos de retroalimentação e o tipo de evolução. Verificar se essa evolução processou-se de maneira gradual (ou brusca), refletindo o ajustamento do sistema às influências dos *inputs* externos ou às mudanças ocasionadas pelo acúmulo de energia interna à organização (população, capital, umidade, etc), levando à especialização funcional de seus elementos. No estudo dessas transformações ganha realce a análise dos processos espaciais (e de interação), dos limiares e das catástrofes.

Preocupando-se principalmente com a análise das estruturas e processos das organizações espaciais, há condições propícias à perspectiva nomotética e à construção de modelos. Entretanto, não se deve omitir a importância da perspectiva ideográfica, concernente aos estudos relacionados com a análise e evolução de organizações espaciais. Ao elaborar monografias biográficas, o geógrafo está verificando a aplicação dos modelos e dos enunciados gerais para o estudo de casos; ao mesmo tempo, fornecendo subsídios para avaliar a adequação e a acuidade das generalizações. Ambas as perspectivas são importantes e se integram no desenvolvimento da ciência geográfica.

No contexto da geografia tradicional o estudo da evolução ganhou aspecto de diferenciador. Cholley (1957 : 18) assinalava que “o ponto de vista da evolução, que é bem o ponto de vista fundamental em Geografia e sob o signo do qual nós nos colocamos sempre para apreciar as coisas, em não importa qual ramo da Geografia, não é talvez tão conforme como se pensa ao da história, porque a evolução

só se concebe a partir de certas condições necessárias que rompem mais com o passado que elas não o continuam, e são todas orientadas para o futuro". Nessa proposição de Cholley, a história era o manancial fornecedor de informações subsidiárias à evolução das paisagens e das regiões, assim como a geologia o era para o modelado das formas de relevo.

Considera-se oportuno que ao realizar o estudo analítico e evolutivo de organizações espaciais, pois o conhecimento de como o território está organizado e se modifica é um problema chave para a ciência e para a sociedade, o geógrafo procure:

a) estabelecer o quadro da organização espacial atual, assinalando as suas características. Nesse ítem dois conjuntos de indagações servem de orientação inicial para a pesquisa:

— Qual é a estrutura da organização espacial? Quais os fluxos de matéria e energia ligados aos processos físicos, sociais e econômicos? Quais os elementos e os processos que são de maior relevância para a caracterização dessa organização espacial? Quais são seus aspectos básicos?

— Quais são as características das interações homem-meio ambiente? Quais são as relações entre os elementos físicos e os elementos sócio-econômicos da organização espacial? Como os diversos processos físicos e sócio-econômicos interagem a fim de produzir paisagens regionais e aspectos particulares dessa organização espacial? Como esses processos elaboram e transformam as paisagens existentes nessa organização espacial?

b) considerar as tomadas de decisões que envolvem o contexto histórico, assim como a percepção do meio ambiente, que entram influenciado na avaliação das informações e na escala de valores. Nesse setor, a Geografia humanística tem muito a oferecer;

c) se a História é importante, também não se pode esquecer as características sociológicas e econômicas de cada época. Há multivariabilidade de influências que se combinam no contexto de cada época;

d) preocupar-se com o grau de influência (forças de ação) dos *inputs* de energia (capital, idéias, inovações, etc) que interferem na estrutura e dinâmica da organização, promovendo mudanças e transformações. Os limiares devem ser precisados e o uso da teoria da catástrofe e da bifurcação são armas instrumentais que ganham significância na análise de casos específicos;

e) estar ciente que os limites territoriais das organizações espaciais são mutáveis, e que não se deve tomar a rigidez da unidade do território como base para a análise evolutiva. A delimitação é linha envolvente, mas não invólucro fechado;

f) perceber a necessidade de distinguir estados evolutivos da mesma organização espacial, que decorrem de mecanismos de adaptação originando mudanças de rearranjo interno (de acomodação), dos estados que surgem de transformações denunciando organizações espaciais diferentes. Há ultrapassagem de limiar, assinalando mudança de uma organização para outra. No mesmo espaço territorial é possível que haja superposição de organizações espaciais diferentes, em virtude de atender necessidades ligadas a ondas sucessivas de povoamento e de civilização. Ao longo da história, as unidades espaciais são retomadas e reocupadas tendo em vista as fases de povoamento, relacionadas com as necessidades do sistema sócio-econômico. Desta maneira, "entendida como processo de desenvolvimento das sociedades hu-

manas, a história esculpe os espaços, transforma-os e lhes atribui, em diferentes momentos do tempo, uso, funções e valores muito diversos" (J. Bouchet e D. Legrain, citado em Isnard, 1978, p. 71). Por seu turno, Isnard (1978) continua assinalando que "a história projeta-se sobre o espaço, marca-o com seus sinais sucessivos: o espaço tem sua historicidade e torna-se uma dimensão da história. A cada geração humana corresponde uma geração espacial". Em seu livro, um pouco mais além, Isnard insiste que "ao mesmo meio natural corresponderam, no decorrer dos séculos, diversos espaços geográficos resultantes de tantos ciclos de manejo sucessivos, concebidos para permitir à humanidade mediterrânea viver e sobreviver, adaptando-se à evolução de uma economia que se alargava do quadro regional ao mundo inteiro" (Isnard, 1978 : 93). Esse tema da superposição de ondas sucessivas de povoamento e de civilização é idéia acalentada por nós desde 1973, exposta em diversas palestras ministradas em Rio Claro. Nessas palestras citava-se sempre o caso de São Paulo, cujo território foi organizado em função do povoamento bandeirante, da expansão cafeeira, da industrialização e, pouco a pouco, vai se organização em função da fase cibernética (Christofoletti, 1979).

g) estar ciente, também, de que há alterações nos limites territoriais das organizações espaciais. Isso significa que há luta e disputa entre organizações espaciais vizinhas, estabilizando, perdendo ou capturando novas áreas. Quais são os processos e a dinâmica desse embate entre organizações espaciais?

Com essa temática, percebe-se que a Geografia possui posição específica no conjunto das ciências, com função perfeitamente enunciada. Para assinalar o caráter específico da Geografia, muitos autores lembram a sua natureza interdisciplinar, colocando-a na encruzilhada (ou no contacto) entre as ciências do homem e as da natureza. Esse argumento é insatisfatório, pois essa posição eclética ou de parasitismo constitui uma das críticas rudes que se faz à ciência geográfica. Como a geografia possui caráter de ciência específica, ela apresenta função que lhe é própria: estudar as organizações espaciais. A sua interdisciplinariedade não é maior nem menor que a das demais ciências; como qualquer outra ciência ela necessita absorver e reavaliar informações provindas de outros campos científicos. Nenhuma ciência é hermética e autosuficiente.

V – A COMPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Se a organização espacial é unidade integrada, ela é composta por diversos elementos que se expressam na estrutura espacial, que se interagem pelos fluxos de matéria e energia. Ao primeiro nível de subdivisão, podemos distinguir dois subsistemas: o geossistema, que corresponde à organização espacial do meio ambiente físico, e os sistemas sócio-econômicos, que representam a organização espacial gerada pelas atividades humanas.

No segundo nível de subdivisão deve-se distinguir os elementos componentes em cada subsistema. Como a expressão concreta na superfície terrestre constitui a relevância espacial para a análise geográfica, torna-se necessário que os elementos surjam ocupando áreas e territórios, que sejam visualizados em documentos tais como fotos aéreas, imagens de radar e satélites e outros. Deve-se distinguir, também, as fontes fornecedoras de energia, responsáveis pela dinâmica do sistema, e as redes de transporte e circulação envolvidas nos processos de interação.

No geossistema, a topografia, a vegetação e os solos preenchem tais requisitos; no sistema sócio-econômico, os elementos tornam-se os urbanos, os rurais e os industriais. No geossistema, o clima não é componente materializável e visível na superfície terrestre, embora seja perceptível e contribua significativamente para o sentir e o perceber das paisagens. Todavia, o clima é fator fundamental, pois constitui o fornecedor de energia, cuja maior incidência repercute no aumento da disponibilidade de calor e água. O clima surge como controlador dos processos e da dinâmica do geossistema, mas não como elemento integrante da organização espacial. No sistema sócio-econômico, essa função controladora é exercida pelo grupo humano ou sociedade. As potencialidades do grupamento humano ou da sociedade condicionam a dinâmica e os processos atuantes nos elementos urbano, rural e industrial, sendo os agentes básicos do processo de organização do espaço. Por exemplo, na qualidade de produtor de energia a concentração humana nas cidades promove a concentração de energia, aumentando a densidade sócio-econômica para atividades e processos de produção e consumo. A potencialidade financeira do grupo humano gera capitais que estimulam e ativam processos de mecanização agrícola e de produtividade industrial. Os aspectos e os processos nos sistemas sócio-econômicos são controlados pelos atributos culturais, sociais e econômicos do grupamento humano, da sociedade ou de suas classes sociais, pois não é apenas a quantidade ou a densidade de homens que se torna significativa, mas sim a qualidade potencial desses seres. Mas não resta dúvida que a própria quantidade de pessoas, de determinado grau de qualificação, representa uma energia potencial que se expressa como fator atuante ou como disponibilidade para ser utilizada.

A quantidade de calor e de umidade fornecida pelo clima ao geossistema, assim como as pessoas e os produtos resultantes das atividades humanas precisam ser transportados. A circulação de energia, água, materiais, mercadorias e informações são os responsáveis pela interação e coesão do sistema espacial. As estradas e caminhos e os canais fluviais não têm função em si mesmos, a não ser como vias de fluxo. A grandeza do canal fluvial, como a da estrada ou via de circulação, está relacionada com o volume do fluxo (débito ou tráfego). Os sulcos e os regatos encontram analogia nas picadas e caminhos vicinais, enquanto as auto-estradas correspondem aos grandes rios. Esse grau de diferenciação na grandeza está relacionada com a área de abastecimento ou com a energia sócio-econômica. No geossistema, considerando a rede fluvial, há relativa constância e permanência da grandeza na escala temporal, sendo que o tamanho territorial é o fator mais importante para aumentar o abastecimento, sob as mesmas condições climáticas. As transformações ocorrem em ritmo lento. Nas vias de circulação do sistema sócio-econômico o tamanho da área possui relevância bem menor. Na mesma unidade areal pode haver acumulação cada vez maior de potencial sócio-econômico, gerando maior densidade de fluxo a fim de atender a produção e o abastecimento. A elevada densidade de energia sócio-econômica existente nas grandes cidades, por exemplo, alimenta fluxo intenso nas vias de circulação que a integra com os demais elementos da sua organização espacial.

A aceitação da teoria dos sistemas como instrumento conceitual para a pesquisa geográfica redundou em mudanças muito significativas. Essa etapa de mudança permite verificar o deslocamento que houve da preocupação focalizando as transformações e o desenvolvimento ao longo do tempo para a perspectiva que focaliza

as organizações espaciais como sistemas que podem apresentar equilíbrio, com estrutura e processos intimamente relacionados. Aqui surge nuança a distinguir os geossistemas e sistemas sócio-econômicos. Para os geossistemas, considerando os mecanismos de retroalimentação negativa, pode-se considerar que a atividade do sistema está direcionada para a manutenção de uma forma estável, mais do que para produzir e ocasionar mudanças progressivas. O desenvolvimento e mudanças nas formas do geossistema podem ser consideradas como o resultado final da operação do sistema, e não como sendo os produtos principais da atividade do sistema. Para os sistemas sócio-econômicos, considerando a presença de mecanismos de retroalimentação positiva, a atividade do sistema está direcionada para produzir mudanças constantes. Essas transformações geram readaptações e mudanças contínuas, e a noção de estabilidade não significa a manutenção da forma nem da estrutura. A estabilidade e o equilíbrio devem ser analisadas em função da transformação alométrica, no crescimento proporcional entre os diferentes elementos e na adequação das vias de circulação em fazer frente ao fluxo solicitante.

No contexto da análise geográfica é relevante e exequível estudar as características e os processos atuantes em cada elemento do geossistema e do sistema sócio-econômico, para que melhor se possa compreender a organização espacial global e a organização desse elemento. Daí a atenção que os geógrafos dedicam à Geomorfologia, à Biogeografia, Geografia dos Solos, Climatologia e Geografia das Águas; similarmente, à Geografia Urbana, Geografia Rural, Geografia Industrial, Geografia dos Grupamentos Populacionais e Geografia dos Transportes.

Um terceiro nível hierárquico de tratamento pode ser executado na análise geográfica. Trata-se de preocupações e interesses relacionados com o estudo dos componentes de cada elemento discernido no geossistema e no sistema sócio-econômico. A subdivisão e a composição inerente a cada elemento dependem de critérios pertinentes a cada setor do conhecimento.

No caso da geomorfologia, por exemplo, pode-se direcionar para o estudo da morfologia das regiões frias, das regiões temperadas, das regiões quentes e úmidas, das regiões secas, etc. Se utilizarmos o critério das relações entre formas e processos, em vez do critério da zonalidade climática, pode-se direcionar para a geomorfologia fluvial, geomorfologia eólica, litorânea, de vertentes, glaciária, etc. Para cada classe que se dedique atenção, o pesquisador (geomorfólogo ou geógrafo) irá preocupar-se com as formas (estrutura), processos e fluxos a fim de compreender e explicar o modelado que surge na superfície terrestre. Ao se dedicar à Geomorfologia, o pesquisador poderá produzir muitas informações, análises e interpretações. As relacionadas com a compreensão da morfologia, processos e fluxos que repercutem na organização espacial são de interesse e absorvidas pela Geografia; outras serão absorvidas pela Geologia e outras ciências da Terra. E muitas outras informações serão de interesse intrinsecamente geomorfológico. Assim, trabalhar e pesquisar em muitas questões geomorfológicas também se torna tarefa ligada à atividade do geógrafo. Considerações semelhantes podem ser feitas para os setores pertinentes aos demais elementos do geossistema e do sistema sócio-econômico.

Ao trabalhar nesse nível hierárquico de abordagem, o geógrafo também se defronta com temas e questões que interessam a ciências vizinhas. O problema do contacto e do entrosamento científico ocorre em qualquer nível de abordagem. Ao se dedicar à Geografia Urbana, por exemplo, o geógrafo encontra temas com-

partilhados pelo Urbanismo, História, Sociologia, Política, Economia, etc. O mesmo ocorre ao geógrafo quando se dedica aos estudos pertinentes à Geografia Rural, Geografia Industrial, Geografia dos Grupos Populacionais, e a outros setores. Se se dedicar ao estudo dos geossistemas, o geógrafo defronta-se principalmente com a Ecologia.

Nesse delineamento hierárquico, ao dedicar-se ao estudo das organizações espaciais em seus vários níveis de abordagem, o geógrafo sempre se preocupa com a integração global. Individualmente, a sua temática de trabalho pode ser direcionada para questões da organização espacial em sua escala global, para questões dos geossistemas ou dos sistemas sócio-econômicos, ou para questões ligadas aos sistemas morfológicos, biogeográficos, urbanos, industriais, agrários, etc. A coesão e a unicidade da Geografia faz-se pela comunidade geográfica; cada indivíduo é um pesquisador que procura contribuir para a Geografia, aplicando a perspectiva e os objetivos da Geografia, mas trabalhando em seu tema de interesse. Não se pode nem se deve acusar ou reprovar alguém por “não fazer toda a geografia”. O geógrafo é aquele que trata das organizações espaciais em suas várias grandezas e níveis de complexidade. Em cada nível de abordagem que se dedique, deve-se fazer a análise geográfica adequada ao assunto que se objetiva. Não se deve pensar em adjetivar de geógrafo apenas os que se dedicam até ao nível dos geossistemas e sistemas sócio-econômicos.

A hierarquização das organizações espaciais serve como procedimento dedutivo para estabelecer as categorias e os níveis de abordagem da pesquisa geográfica. Todavia, não se deve omitir a importância do procedimento indutivo. É de interesse geográfico verificar a *distribuição espacial* dos fenômenos e variáveis na superfície terrestre. O geógrafo pode e deve elaborar mapeamentos dos aspectos e características dos mais diversos elementos, tais como densidade demográfica, densidade de drenagem, recursos hídricos, precipitação, temperatura, potencial agrícola, intensidade da erosão, e muitas outras variáveis. De posse de tais mapas, o geógrafo poderá usar das mais diversas técnicas a fim de confrontá-los e correlacioná-los, e chegar a interpretar e esclarecer aspectos da estrutura e funcionamento das organizações espaciais, e para precisar o domínio pertencente a cada uma delas.

Na análise das organizações espaciais é possível seguir etapas adequadas ao procedimento metodológico. Quando a análise de uma organização espacial restringe-se a especificar a estrutura e a composição, a natureza e as características dos elementos e as suas categorias, nós encontramos-nos ao nível inicial das exigências analíticas fornecendo apenas imagem da sua morfologia, que se situa na fisionomia do concreto. No desenvolvimento da Geografia encontra-se a fase de predominância do enfoque de análise espacial, que realçou as características geométricas do arranjos e da distribuição dos elementos da organização espacial, tomando como base as técnicas de análise para distribuições em pontos, linhas, áreas e volumes. A fim de explicar essas distribuições espaciais de fenômenos ligados às atividades sócio-econômicas houve a recuperação de teorias de localização, tais como a teoria do lugar central, de Christaller, a teoria de von Thunen e a de Losch, e chegando à proposição da metacartografia (Bunge, 1962).

A preocupação seguinte consiste em analisar os fluxos de matérias e energia e os processos atuantes. Nessa fase procura-se compreender a funcionalidade e o

dinamismo da organização, e a imagem expressiva resultante ganha complexidade e surge como mais próxima do real. Torna-se importante mencionar que o estudo das relações entre os diversos elementos da organização espacial é fundamental para a análise. Essa análise expõe o grau de dependência funcional entre os elementos e os processos atuantes, assim como possibilita explicar as características (atributos ou variáveis) dos elementos. Deve-se também verificar as implicações espaciais originadas pelas decisões políticas, econômicas e sociais.

A integração da morfologia e dos processos possibilita a plena compreensão da organização. Ao se compreendê-la pode-se passar para a tarefa da avaliação, a fim de verificar se a referida organização é adequada e satisfatória. Como há organizações espaciais diferenciadas na superfície terrestre e como se observa que ao longo da história se superpõem organizações espaciais sotopostas no mesmo território, é óbvio que a cada momento histórico os elementos podem mudar a sua significância e seu posicionamento hierárquico funcional no contexto da organização espacial. O valor e a significância de cada elemento devem ser avaliados em suas relações para com os demais elementos e com o todo. São os homens, os usuários, a sociedade enfim, que se tornam os responsáveis pela atribuição de valor e significância aos elementos, aos “lugares”; não é, portanto, o “lugar” que atribui aos elementos um valor particular.

Para as fases de análise morfológica e dos processos a quantificação representa procedimento válido para verificar o posicionamento hierárquico e o grau das relações entre os elementos da organização espacial. A cada elemento ou a cada relação podemos selecionar qualidades ou atributos passíveis de mensuração. Como o valor do atributo ou qualidade varia de elemento para elemento, também são designadas como *variáveis*. Assim, as variáveis são as características atribuídas aos elementos; não se deve confundir variável e elemento. As variáveis podem se referir a quantidade, tamanho, forma, fluxos, intensidades, taxas de transformação e/ou outros atributos julgados relevantes. Não se mede a organização espacial, como um todo, ou os seus elementos: a mensuração incide sobre as qualidades atribuídas aos elementos e à organização espacial. A escolha das variáveis julgadas relevantes é procedimento qualitativo; após a qualificação deve-se escolher as técnicas mais adequadas para se coletar as informações desejadas. Quando essa descrição e análise for direcionada para fornecer uma visão em determinado momento histórico da evolução, ela não possui condições suficientes para por si mesma esclarecer a dinâmica dos processos. Para essa finalidade torna-se necessário utilizar os modelos e procedimentos adequados à análise temporo-espacial (Wrigley e Bennett, 1981).

A explicação é procedimento de ordem qualitativa e se baseia em concepções teóricas e filosóficas. Pode-se adotar explicações genéticas ou históricas, funcionais ou teleológicas e dedutivo-probabilísticas. As teorias envolvidas no contexto dedutivo-probabilístico focalizam a complexidade dos fatores e dos processos atuantes, e a organização espacial resultante surge como produto de determinadas circunstâncias e forças em ação. Outra linha explicativa é considerada por Milton Santos (1982: 26) quando assinala que os elementos do espaço formam um sistema, isto é, que o “espaço é um sistema”. Se trocarmos o termo “espaço” pelo de “organização espacial”, o enunciado fica mais condizente e podemos indagar: qual é a força responsável pela organização espacial? Milton Santos responde que

“tal sistema é comandado pelo modo de produção predominante nas suas manifestações na escala do espaço em questão”. Nessa perspectiva de explicação, Santos acrescenta que além do valor ligado às características próprias (características técnicas e técnico-funcionais), cada variável ou elemento (sic) possui também o valor que é dado pelas características sistêmicas, da sua integração na totalidade. “Essas características são, em geral, comandadas pelo modo de produção e em particular pelas condições próprias à atividade correspondente ao lugar. Ambas as condições são definidas para cada formação econômico-social, segundo os seus lugares geográficos e os seus momentos históricos”.

A avaliação também é qualitativa e envolve julgamentos. Caso a avaliação mostrar deficiências e inadequações, surge a etapa da interferência. O que se deve fazer para melhorá-la? Em quais setores é preciso intervir (alterar através de inputs) para ocasionar mudanças satisfatórias? Qual o padrão e o modelo de organização que se almeja atingir?

Esquemáticamente, essas etapas refletem o desenvolvimento da Geografia nos últimos trinta anos. Iniciou-se pela análise espacial e recentemente ganhou realce o estudo dos processos e da dinâmica das organizações espaciais. Simultaneamente, propõem-se perspectivas para se fazer avaliações. Tudo isso representa arsenal para a elaboração de modelos de organização que sejam válidos e sirvam de padrão para os projetos de planejamento regional. Para a atividade profissional, a Geografia entrosa o avanço do conhecimento e a aplicabilidade para usufruto das sociedades humanas.

A FORMAÇÃO DO GEÓGRAFO

Após as considerações precedentes sobre a Geografia surge uma sugestão para a feitura do currículo destinado à formação do geógrafo. Essa sugestão é abrangente e mais direcionada para a composição do bacharelado; para a licenciatura deve-se acrescentar as disciplinas pedagógicas, em lugar de disciplinas de caráter profissionalizante. Nesta proposta mencionamos apenas o nome básico da disciplina. Conforme o interesse, a disponibilidade de docentes e os objetivos visados pelas instituições, as disciplinas podem ser ministradas em um ou mais semestres. Ao se utilizar mais de dois semestres é aconselhável que se faça menção às subdivisões da disciplina (por exemplo: Cartografia, Cartografia Temática; Climatologia, Bioclimatologia; Introdução à Geomorfologia, Geomorfologia Litorânea, Geomorfologia Fluvial, Geomorfologia Ambiental, etc).

No tocante aos principais subsistemas e aos elementos e fatores que lhe são próprios, pode-se propor o seguinte rol de disciplinas (entre parenteses estão nomes ligados às designações tradicionais, quando for necessário):

- Geografia dos geossistemas (ou Geografia Física)
- Climatologia
- Geomorfologia
- Biogeografia
- Geografia dos Solos
- Geografia das Águas
- Geografia dos sistemas sócio-econômicos (ou Geografia Humana)
- Geografia dos Grupamentos Populacionais (ou Geografia da População)

- Geografia Urbana
- Geografia Agrária
- Geografia Industrial (e da Energia)
- Geografia dos Transportes.

A escolha dos assuntos e temas a serem desenvolvidos em cada programa depende do docente, não existindo padrão único. Nas várias disciplinas, todavia, devem ser incentivados a descrição e análise dos fenômenos, e a sua interpretação. Simultaneamente, em excursões e atividades práticas, estimular o desenvolvimento da capacidade de observação e de manter contacto com as realidades existentes na superfície terrestre.

Além das técnicas de observação de campo, o geógrafo deve estar habilitado para coletar informações através da análise de vários tipos de documentos. Para esse treinamento tornam-se importantes disciplinas relacionadas com:

- Cartografia
- Fotointerpretação geográfica
- Sensoriamento Remoto
- Leitura e interpretação de cartas

Como a Geografia é uma ciência, a pesquisa geográfica deve ser feita conforme os procedimentos científicos. As informações coletadas no campo, no laboratório e nos documentos devem ser descritas e analisadas conforme as técnicas estatísticas e matemáticas que lhes sejam adequadas. De maneira similar há várias técnicas destinadas à análise das distribuições espaciais e das seqüências temporais. A compreensão dessas técnicas possibilita a construção de modelos para exprimir as características da estrutura, processos e transformações nas organizações espaciais. Em decorrência, seriam úteis disciplinas concernentes com a:

- Metodologia Científica
- Quantificação em Geografia
- Análise Espacial e Temporal
- Modelização em Geografia
- Análise de Sistemas em Geografia.

Se em todas as disciplinas o estudo de casos é parcela inerente da programação, ainda se torna oportuno que se destaque uma disciplina para assinalar o estudo das organizações espaciais, descrevendo as características, as técnicas empregadas na análise e os exemplos. Por outro lado, é relevante conhecer a evolução do conhecimento geográfico e as perspectivas reinantes na atualidade. Ao se orientar para o melhor conhecimento das pessoas e grupos humanos, é útil compreender e analisar a percepção do meio ambiente e o comportamento espacial, assim como as maneiras de avaliar e utilizar os recursos ambientais. Para a organização espacial assume grande significância as tomadas de decisões feitas pelos governantes, políticos e dirigentes empresariais nas mais diversas esferas e escalas de ação. Nesse conjunto de disciplinas resta em aberto a possibilidade para se incluir outras proposições, conforme o interesse dos cursos. O tratamento dos exemplos e casos brasileiros poderia estar incluído e diluído nos programas das diversas disciplinas, ou ser englobado em disciplina particular. Igual tratamento poderia ser dispensado a propósito das teorias geográficas e das perspectivas interpretativas sobre os fenômenos ocorrentes na superfície terrestre. A nosso ver, seria mais procedente analisar os exemplos brasileiros, os exemplos localizados nos vários continentes e as

análises e interpretações no contexto programático das diversas disciplinas. Como proposta surge, portanto, o seguinte rol de disciplinas ligadas a esse conjunto:

- Organização Espacial
- História do pensamento geográfico
- Percepção do meio ambiente
- Geografia dos recursos ambientais
- Geografia Política
- e outras.

Mas a Geografia não é ciência isolada, fechada, autosuficiente. A formação do geógrafo deve mostrar a necessidade e a maneira de usufruir do conhecimento e das informações disponíveis em muitas outras ciências. Tais disciplinas funcionam, pois, como auxiliares. O rol das disciplinas auxiliares pode ser muito longo e difícil seria fornecer noções sobre todas elas. Na feitura do currículo cada curso poderá selecionar algumas entre elas, conforme os seus interesses e objetivos. No conjunto das disciplinas auxiliares pode-se apresentar a seguinte listagem parcial (em ordem alfabética) como exemplo dentre as possíveis para serem selecionadas pelos respectivos cursos:

- Botânica
- Demografia
- Ecologia
- Economia
- Estatística
- Filosofia da Ciência
- Geologia
- Hidrologia
- História
- Matemática
- Pedologia
- Sociologia.

Na formulação dessa proposta curricular depreende-se, até o momento, direcionamento para valorizar as tarefas de descrever, analisar e explicar os fenômenos e as organizações espaciais. Mas ainda resta uma outra tarefa de grande importância para a atividade do geógrafo: a de prognosticar. Ao prognóstico antecede a avaliação. Ao analisar e explicar as organizações espaciais existentes, o geógrafo deve realizar a tarefa de avaliar essa organização, verificando as distorções e as deficiências porventura existentes. Caso observe inadequação deverá propor soluções que visem minimizar e sanar essas deficiências. Essas proposições estão relacionadas com as tarefas de planejamento. O planejamento poderá ser direcionado para avaliar e orientar o uso mais adequado dos recursos ambientais, da organização físico-territorial, ou da melhor maneira de compor a organização dos sistemas sócio-econômicos. Ou, ainda, compor o planejamento globalizado de toda a organização espacial. Para essas atividades surgem como importantes as disciplinas relacionadas com:

- Planejamento Ambiental (ou Planejamento Físico-territorial)
- Planejamento Sócio-econômico
- Planejamento Regional

- Planejamento Urbano
- Planejamento Rural.

Tomando como ponto de partida o objeto da Geografia encontramos a linha diretriz para traçar o perfil necessário para a formação do geógrafo. O currículo proposto é capaz de oferecer o embasamento conceitual, técnico e crítico para o exercício da profissão e da atividade geográfica, como do indivíduo inserido no contexto de sua época e alertado para o futuro da humanidade. O currículo também é adequado para fornecer habilitações em diversos setores específicos sobre os elementos, mas não deixa perder a visão de conjunto, global, desde o seu ponto de partida na concepção de organização espacial até as tarefas de planejar as organizações mais adequadas para o bem estar dos homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abler, R., Adams, J.S. e Gould, P. - (1971) - *Spatial Organization: the geographer's view of the world*. Prentice Hall, Englewood Cliffs.
- Allix, A. - (1948) - L'esprit et les méthodes de la Géographie. *Études Rhodoniennes*, pp. 295-310.
- Barrows, H.H. - (1923) - Geography as human ecology. *Annals Assoc. American Geographers*, 13 (1): 1-14.
- Bartels, D. - (1970) - Les conceptions de "Landschaft" et de "Social géographie" dans la Géographie allemande. *Revue Géographique de l'EST*. 10 (1-2): 3-16.
- Baulig, H. - (1948) - La Géographie est-elle une science? *Annales de Géographie*, 67 (305): 1-11.
- Baulig, H. - (1982) - A Geografia é uma ciência? in "*Perspectivas da Geografia*" (Christofolletti, A., organizador). Difusão Editorial S.A., São Paulo, pp. 59-70.
- Beaujeu-Garnier, J. - (1971) - *La Géographie: méthodes et perspectives*. Masson et Cie, Paris.
- Bertrand, G. - (1982) - Construire la Géographie Physique. *Hérodote*, nº 26, pp. 90-116.
- Blache, P.V. de la - (1913) - Des caracteres distinctifs de la Géographie. *Annales de Géographie*, 22 (124): 289-299.
- Blache, P.V. de la - (1922) - *Principles de Géographie Humaine*. Lib. Armand Colin, Paris.
- Blache, P.V. de la - (1954) - *Princípios de Geografia Humana*. Editora Cosmos, Lisboa.
- Blache, P.V. de la - (1982) - As características próprias da Geografia. in "*Perspectivas da Geografia*" (Christofolletti, A., organizador). Difusão Editorial S.A., São Paulo, pp. 37-47.
- Brunhes, Jean - (1925) - *La Géographie Humaine*. (3 volumes). Lib. Armand Colin, Paris.
- Brunhes, Jean - (1956) - *La Géographie Humaine*. (edition abrégée). Presses Universitaires de France, Paris.
- Brunhes, Jean - (1962) - *Geografia Humana*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- Bunge, W. - (1962) - *Theoretical Geography*. Lund Studies in Geography, Serie C, nº 1, Lund.
- Bunge, W. - (1973) - The Geography. *Professional Geographer*, 25 (4): 331-337.
- Chapman, K. - (1979) - *People, Pattern and Process: an introduction to Human Geography*. Edward Arnold, Londres.
- Cholley, A. - (1950) - *La Géographie: guide de l'étudiant*. Presses Universitaires de France, Paris.

- Cholley, A. - (1957) - Tendances et organization de la Géographie em France. In "Géographie Française au Milieu du XX^e Siècle", J.B. Baillièrre & Gils, Paris, pp. 13-25.
- Chorley, R.J. - (1973) - Geography as human ecology. in "Directions in Geography" (Chorley, R.J., organizador). Methuen & Co., Londres.
- Christofoletti, A. - (1976) - As características da Nova Geografia. *Geografia*, 1 (1): 3-33.
- Christofoletti, A. - (1979) - O espaço geográfico. *Geografia*, 4 (7): 96-99.
- Christofoletti, A. - (1981) - Geografia Física. *Bol. de Geografia Teorética*, 11 (21-22): 5-18.
- Christofoletti, A. - (1982) - *Perspectivas da Geografia*. Difusão Editorial S.A., São Paulo.
- Claval, P. - (1978) - *Espace et Pouvoir*. Presses Universitaires de France, Paris.
- Claval, P. - (1980) - *Espaço e Poder*. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Clozier, R. - (1950) - *As etapas da Geografia*. Publ. Europa-América, Lisboa.
- Davies, W.K.D. - (1972) - *The conceptual revolution in Geography*. University of London Press, Londres.
- Dickenson, J.P. - (1982) - *Brazil*. Longman Group Ltd., Londres.
- Dolfus, O. - (1973) - *A análise geográfica*. Difusão Editorial S.A., São Paulo.
- Febvre, L. - (1922) - *La terre et l'évolution humaine*. La Renaissance du Livre, Paris.
- Febvre, L. - (1955) - *A terra e a evolução humana*. In "Panorama da Geografia", vol. II. Editora Cosmos S.A., Lisboa.
- Ford, L.R. - (1982) - Beware of new geographies. *Professional Geographers*, 34 (2): 131-135.
- George, P. - (1961) - Existe-t-il une Géographie Appliquée? *Annales de Géographie*, (380): 337-346.
- George, P. - (1972) - *Os métodos da Geografia*. Difusão Editorial S.A., São Paulo.
- Gold, J.R. e Burgen, J. - (1982) - *Valued Environments*. George Allen & Unwin, Londres.
- Haggett, P. - (1965) - *Locational analysis in Human Geography*. Edward Arnold, Londres.
- Haggett, P. - (1983) - *Geography: a modern synthesis*. Harper and Row, Publishers, New York (3ª edição, revista).
- Haggett, P., Cliff, A.D. e Frey, A. - (1977) - *Locational analysis in Human Geography*. Edward Arnold, Londres.
- Hartshorne, R. - (1939) - *The nature of Geography*. Association of American Geographers, Lancaster, Pennsylvania.
- Hartshorne, R. - (1959) - *Perspective on the nature of Geography*. Rand McNally Company, Chicago.
- Hartshorne, R. - (1978) - *Propósitos e natureza da Geografia*. Hucitec e EDUSP, São Paulo.
- Hettner, A. - (1905) - Das Wesen und die Methoden der Geographie. *Zeitschrift Geographische*, 11: 545-564; 615-629 e 671-686.
- Hettner, A. - (1927) - *Die Geographie ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden*. Breslau.
- Hettner, A. - (1976) - La esencia y las funciones de la Geografia. In *Teoria de la Geografia* (Randle, P.H., Editor). Sociedade Argentina de Estudos Geograficos, Buenos Aires.
- Holt-Jensen, Arild - (1980) - *Geography: its history and concepts*. Harper and Row Publishers, Londres.
- Isnard, H. - (1978) - *L'espace géographique*. Presses Universitaires de France, Paris.
- Isnard, H., Racine, J.B. e Reymond, H. - (1981) - *Problématiques de la Géographie*. Presses Universitaires de France, Paris.
- James, P.E. - (1972) - *All possible worlds: a history of geographical ideas*. The Odissey Press, New York.
- Johnston, R.J. - (1979) - *Geography and geographers: anglo-american human geography since 1945*. Edward Arnold, Londres.
- Lacoste, Yves - (1982) - Les écologistes, les géographes et les "écolos". *Hérodote*, nº 26, p. 3-22.
- Lowenthal, D. - (1961) - Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology. *Annals Amer. Assoc. of Geographers*, 51 (3): 241-260.
- Lowenthal, D. - (1968) - The American scene. *Geographical Review*, 48 (1): 61-88.
- Lowenthal, D. - (1982) - Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. in "Perspectivas da Geografia" (Christofoletti, A., organizador). Difusão Editorial S.A., São Paulo, pp. 103-141.
- Lowenthal, D. e Prince, H.C. - (1965) - English landscape tastes. *Geographical Review*, 55 (2): 186-222.
- Martonne, E. de - (1909) - *Traité de Géographie Physique* (3 volumes). Lib. Armand Colin, Paris (5ª edição, em 1951).
- Martonne, E. de - (1954) - *Tratado de Geografia Física*. (2 volumes). Editora Cosmos, Lisboa.
- Meinig, D.W. - (1977) - *The interpretation of ordinary landscapes: geographical essays*. Oxford University Press, New York.
- Moraes, A.C.R. - (1981) - *Geografia: pequena história crítica*. Hucitec, São Paulo.
- Moreira, R. - (1982) - Repensando a Geografia. in "Novos rumos da Geografia brasileira" (Santos, M., organizador). Hucitec, São Paulo, pp. 35-49.
- Morril, R.L. - (1974) - *The spatial organization of society*. Duxbury Press, North Scituate.
- Morril, R.L. - (1983) - The nature, unity and value of Geography. *The Professional Geographer*, 35 (1): 1-9.
- Randle, P.H. - (1976) - *Teoria de la Geografia* (2 vols.). Soc. Argentina de Estudios Geográficos, Buenos Aires.
- Ratzel, F. - (1882) - *Anthropogeographie, oder Grundzuge der Anwendung der ERdkunde auf die Geschichte*. Stuttgart, Engelhorn.
- Ratzel, F. - (1891) - *Anthropogeographie: die geographische Verbrietung des Menschen* (vol. II). Engelhorn, Stuttgart.
- Santos, M. - (1982) - O espaço e seus elementos: questões de método. *Revista Geografia e Ensino*, 1 (1): 19-30.
- Santos, M. - (1982) - *Novos rumos da Geografia brasileira*. Hucitec, São Paulo.
- Semple, E.C. - (1911) - *Influences of Geographical Environment*. Henry Holt, New York.
- Sotchava, V.B. - (1976) - The study of geosystems. *Reports Inst. Geog. of Siberia and Far East*, nº 51, pp. 3-40.
- Sotchava, V.B. - (1977) - O estudo de geossistemas. *Métodos em Questão*, nº 16, pp. 1-52.
- Sorre, M. - (1948) - *Les fondements de la Géographie Humaine*. (4 vols.). Lib. Armand Colin, Paris.
- Sorre, M. - (1957) - La Géographie Française. in "La Géographie Française au Milieu du XX^e Siècle". J.B. Baillièrre & Fils, Paris, pp. 7 a 12.
- Tuan, Yi F. - (1974) - *Topophilia*. Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs.
- Tuan, Yi F. - (1977) - *Space and Place: the perpective of experience*. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- Tuan, Yi F. - (1979) - *Landscape of fear*. Pantheon Books, New York.
- Tuan, Yi F. - (1980) - *Topofilia*. Difusão Editorial S.A., São Paulo.
- Tuan, Yi F. - (1983) - *Espaço e lugar*. Difusão Editorial S.A., São Paulo.

Vagaggini, V. e Dematteis, G. - (1976) - *I metodi analitici della Geografia*. La Nuova Italia Editrice, Firenze.

Wrigley, N. e Bennett, R.J. - (1981) - *Quantitative Geography: a British view*. Routledge and Paul Kegan, London.

ABSTRACT

Definition and object of the Geography

Several traditional and spatial analysis proposals about the characterization of the Geography are analysed. The proposal about spatial organization as object of the Geography is considered as the more valuable. The spatial organization characteristics may be defined with precision and analysed as discrete unity. Under the systemic approach the analysis may be made considering various hierarchical levels in the spatial size criteria. But in each level the spatial organization analysed is always a functional unity. For each spatial organization the analysis may focus: a) in the first level, the characteristics of the totality as an unity; b) at the subsystems level it is possible to distinguish the *geosystem* (the spatial organization of the physical elements) and the *socio-economic system* (the spatial organization of the elements concerned with the human activities); c) At the third level the geographic analysis will be directed to each physical elements (topography, soils, vegetation, water, etc) and human activity elements (urban, rural, industrial and others systems). In this approach the geographer has opportunity of to make the analysis of the morphology (structure of the system and spatial distribution of the phenomena), processes and relations among the elements. And to analyse all the spatial implications originated by inputs from innovations, political decisions, economic trends, socio and cultural capabilities and so many others factors. Considering the spatial organization as object and the focal point of the Geography, the geographic analysis do not may restricted only to description, analysis and explanation; it needs to do the evaluation also and, if necessary, to propose changes and modifications. The geographic task phases run since the analysis until the planning.